

## [Estilos da Clinica](#)

versão impressa ISSN 1415-7128 versão On-line ISSN 1981-1624

**Estilos clin. v.10 n.19 São Paulo dez. 2005**

### DOSSIÊ

## Acompanhamento terapêutico: vertigens da clínica no concreto da cidade





### Therapeutic accompaniment: vertigos of the clinic in the concrete of the city

**Analice de Lima Palombini<sup>I</sup>; Károl Veiga Cabral<sup>II</sup>; Márcio Mariath Belloc<sup>III</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

#### Serviços Personalizados

##### artigo

-  Artigo em XML
-  Referências do artigo
-  Como citar este artigo
-  Tradução automática

##### Indicadores

-  Acessos

##### Compartilhar

Mais 

Mais

-  Permalink

#### RESUMO

Este artigo tem como ponto de partida o percurso de uma experiência desenvolvida desde 1998 junto ao Instituto de Psicologia da UFRGS, em parceria com serviços de saúde mental da rede pública, tendo a atividade do acompanhamento terapêutico (AT) como vetor no contexto da reforma psiquiátrica, o acompanhamento terapêutico torna-se uma função emblemática da interpenetração das disciplinas psi com o espaço e tempo da cidade. Se diferentes vertentes da clínica disponibilizam ferramentas conceituais com as quais se constrói a prática do AT, é do encontro entre acompanhante e acompanhado em meio à cidade e seus jogos de força que surgem as interpelações que aqui lançamos, em retorno, no campo da clínica, à psicanálise mesma.

**Palavra-chaves:** Acompanhamento terapêutico, Psicanálise, Cidade, Saúde mental.

#### ABSTRACT

This article has as starting point the course of an experience developed since 1998 close to the Institute of Psychology of UFRGS, with the activity of the therapeutic accompaniment (AT) as vector, in partnership with services of mental health of the public net in the context of the psychiatric reform, the therapeutic accompaniment becomes an emblematic function of the interpenetration of the psy's disciplines with the space and time of the city. If different sources of the clinic slope make available conceptual tools with which the practice of AT is built, it is of the encounter among companion and accompanied in the city and its games of force that appear the interpellations that here threw, in return, in the field of the clinic, to the same psychoanalysis.

**Keywords:** Therapeutic accompaniment, Psychoanalysis, City, Mental health.

As reflexões que este artigo apresenta têm como ponto de partida o percurso de uma experiência desenvolvida nos últimos oito anos junto ao Instituto de Psicologia da UFRGS, em parceria com serviços de saúde mental da rede pública – em especial o CAPS CAIS Mental Centro, da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre –, tendo a atividade do acompanhamento terapêutico<sup>1</sup> como vetor. Cabe mencionar que essa experiência apenas pôde se produzir no contexto de uma política de saúde mental que pôs em obra a construção de uma rede de serviços substitutivos ao manicômio. Se essa rede apresenta ainda precariedades, requerendo a mobilização continuada de esforços que a façam consolidar-se e avançar, a riqueza e variabilidade das práticas que nela emergem têm-nos dado mostras suficientes da sua potência de transformação. O fato é que, no contexto da reforma psiquiátrica, a cidade invade inelutavelmente o *setting* do tratamento e vem colocar a clínica em questão. O AT torna-se uma função emblemática da interpenetração, da mistura, do contágio das disciplinas *psi* com o espaço e o tempo da cidade.

O "Programa de Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública" tem como chão essa clínica transformada, porosa à política, à cidade, implicada numa prática que se quer transdisciplinar, às voltas com os enigmas e desafios do tratamento da psicose fora dos muros do internamento. Conforme pudemos já mencionar em outra ocasião (Palombini, 2004), a proposta do Programa, fazendo laço, por meio do AT, entre a universidade e a rede de serviços, não foi uma exigência de ordem acadêmica, no cumprimento de requisitos curriculares de formação em psicologia. Era uma necessidade nascida da realidade do trabalho com a loucura, tendo a desmanicomialização como seu horizonte. Mas, sendo uma experiência de limite, borda, risco, ela se revelou um dispositivo bastante eficaz de formação clínica, abrindo espaço à construção, para cada estagiário *at*, de um estilo próprio do fazer profissional, prescindindo dos estereótipos e das padronagens simplificadoras. Tornou-se comum escutar dos alunos, a afirmação do quanto essa experiência marcou todas as suas incursões posteriores no campo da clínica e mesmo em outros campos das práticas *psi*.

Assim, podemos dizer que, se a clínica foi um pressuposto orientador para o trabalho de AT, oferecendo-nos as ferramentas conceituais para a sua realização, o exercício mesmo do acompanhamento veio moldar de forma particular o plano da clínica, possibilitando aberturas, deslocamentos, desconstruções. Conseqüentemente, nessa experiência, encontramos-nos com o fato de que o AT, partindo da clínica, retornava a ela como seu analisador, no mesmo sentido que a análise institucional concede a esse termo (Lourau, 2004).

Nossas interrogações em torno dessa constatação é que movem a feitura deste artigo. Ainda que possamos concordar com a afirmação de Araújo (2005) de que toda a clínica é acompanhamento terapêutico, entendemos que o AT propriamente dito carrega uma marca singular. Mas de que singularidade se trata aqui? E de que é feito esse seu elemento que, sendo exterior à clínica estrito senso, é, ao mesmo tempo, o que retorna à clínica para radicalizar os seus sentidos?

Clínica e cidade foram os fios condutores de nossa investigação: urdidura e trama compoem a tessitura única em que se vê desenhar respostas possíveis às nossas questões. O texto que segue acompanha alguns movimentos dessa trama e apresenta os quadros teóricos em que veio a ser urdida.

## Urdidura e trama: teorias da clínica.

### Linha um: linguagem (os Nomes-do-pai)

"A experiência mais dolorosa pela qual passei junto a César ocorreu cerca de quatro meses depois de iniciado o AT. Nós dois havíamos combinado almoçar juntos. Ele, no entanto, apareceu dizendo que sua mãe não havia deixado dinheiro - não era a primeira vez que César pedia dinheiro para os nossos passeios e acabava gastando-o em outras atividades. Respondi que eu iria almoçar, conforme havíamos acertado, e depois prosseguiríamos com o passeio como ele preferisse. César, então, tentou dispensar-me, alegando outro compromisso [...] Recusei-me a encerrar o AT antes do horário, ao que César reagiu avançando contra mim e, com o dedo em riste, ameaçando: 'eu te pego, hein. Tu não é nada minha'. Respondi que era, sim, alguma coisa sua, era sua at." (Jover, 2004, p. 69)

"... Luiz, aficcionado por música, propôs que fôssemos até uma rádio local. A caminho, era ele quem me guiava [...] No estúdio [...] Ninguém nos deu muita atenção, mas Luiz, visivelmente satisfeito de estar ali, sorria, interessado por todos os movimentos que ocorriam. Quando havia troca de música e o DJ aumentava o som, deixando-o em seu volume máximo, Luiz parecia redobrar sua satisfação; olhava-me e sorria. Pude entender que ali, naquele estúdio, Luiz vivenciava, de forma compartilhada, seu próprio delírio, encontrando maneira de encarnar o homenzinho que diz habitar a caixa de som de seu quarto." (Richter, 2004, p. 56).

Nossa experiência deve à abordagem lacaniana das psicoses o impulso necessário para lançar-se a céu aberto nesse trabalho, o do AT, que, sujeito ao desconhecido e inesperado do encontro com a loucura no turbilhão da cidade, vislumbrou, no rigor conceitual de Lacan (1985b), uma bússola segura, indicando a direção clínica a seguir. Tributária da distinção freudiana entre psicose e neurose e do entendimento, que lhe é decorrente, do delírio como tentativa de cura, a formulação lacaniana, tal como se apresenta no primeiro tempo de sua obra, radicaliza essa distinção e a importância do delírio no processo de cura por meio do conceito de forclusão do Nome-do-Pai (tendo o delírio a função de substituir a metáfora paterna ausente), numa leitura da psicanálise que estende o alcance do

complexo de Édipo para o tempo primordial da relação com o Outro materno (colocando o acento no desejo materno) e para além das contingências da História (ao estabelecer três versões do pai: simbólico, imaginário e real).

Assim, concebe-se que um sujeito apenas pode surgir a partir de uma relação que sustente descontinuidades, espaços vazios, diferenças. Logo que vem ao mundo, o ser do bebê é amparado pelo corpo e o psiquismo de sua mãe. Mas, para que esse corpo possa unificar-se num eu, é preciso o estabelecimento de um intervalo, um vazio, um corte simbólico que suspenda o estado de completude narcísica entre mãe e filho, marcando a diferença entre a criança e o Outro materno. A função paterna corresponde a esse corte, função simbólica que metaforiza a castração. Quando essa função não opera no registro simbólico, como na psicose, é preciso que algo venha supri-la no real, defendendo o sujeito de ser apenas objeto do gozo do Outro: o delírio é uma tentativa de defesa, de construção de um saber com o qual defender-se diante do Outro.

Nessa perspectiva, o *at* vem a ser, privilegiadamente, aquele que ocupa o lugar terceiro, significando, com seu corpo mesmo, o intervalo, a falta não simbolizada entre o sujeito e o Outro. Também pode operar como mediador da relação entre o sujeito e a cidade, através da qual se disponibilizam os suportes materiais que dão corpo à sua produção discursiva, favorecendo o trabalho de construção da metáfora delirante capaz de remediar a inoperância da metáfora paterna. A cidade mesma pode ser tomada em uma função de alteridade ao sujeito acompanhado, resguardando potencialmente, em relação a outros espaços do habitar, uma maior distância do corpo materno (Palombini *et al.*, 2004).

No Brasil, o livro inaugural que vem colocar em cena o tema do AT foi publicado em 1991, pela Equipe de Acompanhantes Terapêuticos do Hospital-Dia A Casa, de São Paulo: *A rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico*. Ao longo do texto, seus autores não deixam de assinalar que a psicanálise, sozinha, não esgota o campo de análise que a prática do acompanhamento descortina. E, mesmo no interior do campo psicanalítico, recorrem a uma variabilidade de autores, de Jean Oury a Donald Winnicott, passando por Piera Aulagnier, Contardo Calligaris e outros, para circunscrever a concepção de psicose que guia a sua proposta. Destaca-se desse conjunto, porém, a idéia da psicose como estrutura clínica, cuja lógica, ao contrário do que ocorre na estrutura neurótica, não comporta pontos fixos em torno dos quais se referenciaria o sujeito. Assim, o delírio, conforme já dissemos, apresenta-se como a tentativa de construção de uma referência própria e singular, a partir da qual o sujeito possa sustentar uma posição no mundo \_ tentativa de cura, tal como Freud assinalara em sua análise do caso Schreber. O livro compõe-se fundamentalmente de uma série de narrativas relacionadas à experiência do AT que, em boa parte, ainda que não façam uma articulação direta com o instrumental teórico aqui delineado, mantêm esse instrumental como pano de fundo sobre o qual se desenrolam as cenas narradas.

Na seqüência desse livro, surgem outras produções escritas que, com base no mesmo referencial, intentam transmitir a experiência do AT, embora nem sempre seja explícita a articulação que realizam entre essa experiência e os conceitos lacanianos a que aludem. Todos esses textos apóiam-se, sem exceção, sobre um primeiro tempo das elaborações de Lacan com respeito à psicose, cuja definição atém-se, então, à teoria da forclusão do Nome-do-Pai.<sup>2</sup> Mais recentemente, encontramos em Hermann (2005) a referência a formulações ulteriores da teoria laciana, trazendo ao primeiro plano da cena a dimensão do real na psicose, o que permite uma ultrapassagem da perspectiva que circunscreve à metáfora paterna a possibilidade de ordenamento da realidade. Sabemos que o deslocamento que Lacan opera no percurso de sua obra, da noção de Nome-do-Pai, como nomeação de uma falta relacionada à perda do soberano, para a referência aos nomes do pai, alusiva a um movimento de descentramento do poder (Lacan, 2005), acolhe possibilidades outras de afirmação da existência, relacionadas a uma concepção da vida como arte, criação de si (Palombini, 2005). A perspectiva em que se engaja Hermann parece-nos, portanto, promissora, na medida em que sugere uma afinidade maior com a pluralidade dispersa do campo em que tem lugar a clínica do AT.

## **Linha dois: ambiente (a mãe suficientemente boa)**

"Na primeira vez que Ana sai para um passeio com sua acompanhante, pede à garçonne uma fatia de torta de chocolate como refeição. Sem pensar, Carolina, sua at, escolhe a mesma torta para si \_ e esse é o insólito almoço que ambas compartilham. A terapeuta de Ana, que reprovava tal cena interpretando-a como signo de indiferenciação da at com sua acompanhada, surpreende-se, depois, com o efeito subjetivante que produz sobre a paciente o fato, diversas vezes narrado por Ana, de que Carolina comera a mesma torta que ela." "Júnior, quase sempre deitado em sua cama diante da tevê ligada, responde com monossílabos às perguntas que lhe faz Laura, sua acompanhante há cerca de um mês, a quem Júnior mal ousa olhar. Incomodada com a atenção exclusiva que Júnior dirige aos programas de tevê, um dia Laura deixa seu assento ao lado da cama de Júnior e toma lugar exatamente onde se encontra o aparelho de tevê, ocupando o espaço da tela, de frente para Júnior. É desse lugar que Laura conversa agora, e Júnior, olhando-a então, passa a interagir com ela." (Palombini, 2002)

Muitas vezes, a função de terceiro, limite, corte, tal como referida anteriormente ao significante Nome-do-Pai, impunha-se em situações cruciais do AT. Contudo, um dos primeiros aprendizados que a experiência do acompanhamento vinha a oferecer era, antes, quanto ao valor da pura presença diante do outro. Os alunos engajados nessa tarefa, neófitos no exercício da clínica e, por isso mesmo, ansiando por demonstrações de desempenho, pela comprovação do *savoir-faire* pretensamente aprendido em sala de aula, eram rapidamente confrontados com o fato de que, tão ou mais importante do que ter algo a fazer ou dizer, era deixar-se estar na presença de seu acompanhado. Muito rapidamente também, impunha-se a eles a necessidade de que, antes ou

além de ser intervalo, diferença, pudessem ser um, em estado que se poderia chamar de fusão, ou indiferenciação, com seus acompanhados.

Essas constatações iniciais, com que a prática nos confrontou, levaram-nos ao encontro de Winnicott, especialmente aos conceitos de preocupação materna primária e ilusão. Com o conceito de preocupação materna primária, Winnicott (1956/2000b) se refere à sensibilidade exacerbada que aflora nas mães durante a gravidez e no início da vida de seus bebês, permitindo-lhes uma adaptação sensível e delicada à potência de ser da criança já nos primeiros momentos. Uma mãe dotada de preocupação materna primária é capaz de se identificar com o bebê, sentir-se no lugar deste e corresponder de forma adequada às suas necessidades, possibilitando-lhe a manifestação dos aspectos que lhe são próprios em termos de constituição e desenvolvimento. Quando uma mãe não atinge esse estado, quando não consegue ser suficientemente boa (para usar outra expressão de Winnicott), a experiência espontânea é dificultada para o bebê, que se vê diante da exigência de agir reativamente à intrusão maciça que o outro materno opera sobre ele, levando ao desenvolvimento de um falso-*self*, impedindo sua auto-criação. Para Winnicott, portanto, a possibilidade de emergência do eu e, por consequência, de uma esfera da realidade que se reconhece como não-eu, requer inicialmente a experiência do encontro exitoso entre a ilusão do bebê e a doação de sua mãe, de forma que, da indistinção originária entre o psiquismo do bebê e o de sua mãe, a positividade desse encontro, salvando o bebê da experiência de ameaças de aniquilação que não chegam a se cumprir, leva ao reconhecimento da mãe como uma pessoa e à construção de fronteiras entre o eu e o não-eu. Ou seja, no processo de construção do eu, Winnicott vai colocar o acento sobre a positividade da presença materna, afirmando que o reconhecimento da mãe como frustrante ocorre, para o bebê, apenas num momento posterior, pois, de início, a mãe que falha não é percebida dessa forma, não produzindo frustração, mas, sim, a aniquilação do psiquismo do bebê. Contudo, o encontro entre a mãe e seu bebê implica o estabelecimento de um ritmo, uma alternância entre presença e ausência que apenas é operada pela mãe se ela tem inscrita, simbolicamente em seu psiquismo, a castração: uma mãe em contínua doação também é aniquiladora do seu bebê. Assim, pode-se dizer que é na perspectiva da mãe, e não na do bebê, que a frustração opera na vigência da preocupação materna primária, permitindo também que a mãe seja capaz de se recuperar desse estado na medida em que o bebê a libera (e somente então a frustração passa a ter lugar como experiência psíquica para o bebê).

Winnicott, de fato, não era um autor estranho ao nosso projeto de AT desde o seu começo, quando se utilizou do conceito de espaço transicional (Winnicott, 1951/2000a) para definir o campo, o espaço "entre" em que se desenrola a ação do AT. Mas, a princípio, não se extraía dessa definição, suas conseqüências na direção da clínica, que só a experiência em andamento pôde fazer emergir, levando à utilização dos conceitos winnicottianos como ferramenta que vinha dar sustentação à prática \_ que permitia o deixar-se estar, em que se parecia nada fazer, ou a experiência de fusionamento, sem que isso se tornasse fonte de angústia intolerável ao *at*.

A identificação do acompanhante com o acompanhado, vivida em algum momento ao ponto da indistinção entre os processos psíquicos de um a outro, permite, ao acompanhante, colocar-se no lugar do acompanhado, sentindo sua dor, dando voz a seu silêncio, encarnando os vestígios de seu desejo; para o acompanhado, essa vivência psíquica compartilhada propicia um sentimento de realidade, provendo de espessura o seu eu, a partir da interação entre fantasia e mundo. É como se, no encontro genuíno e devotado do acompanhante com seu acompanhado, conjugassem-se esforços para a afirmação do ser deste em sua vertente a mais espontânea (ainda que fugaz ou inacabada). A passagem por essa experiência de quase fusão incide de forma determinante na produção de efeitos que se pode esperar obter das intervenções que impõem limites e produzem frustração, marcando intervalos e diferença.

Em 1998, Kleber Duarte Barretto publica *Ética e técnica no acompanhamento terapêutico: andanças com Dom Quixote e Sancho Pança*, livro que extrai, da peculiar relação estabelecida entre o cavaleiro andante de Cervantes e seu fiel escudeiro, aquilo que resulta como propriamente terapêutico no acompanhamento, na perspectiva apontada pela clínica winnicottiana. A interdição, estabelecendo corte simbólico na relação dual entre o sujeito e o Outro materno, corresponderia, então, a uma entre muitas funções que o acompanhante tem a seu encargo. Ressaltando a importância da ilusão no processo de constituição da subjetividade e da própria realidade, Barretto demonstra como, nas cenas do AT, encontram-se em operação todas aquelas funções próprias a um ambiente suficientemente bom, que possibilita a experiência de continuidade do ser, da qual tem origem o *self* como auto-criação: o *holding* e a continência, a apresentação de objeto, o *handling* (manipulação corporal), mas também a desilusão e discriminação entre a realidade subjetiva e a realidade compartilhada, a interdição, a constituição de um espaço transicional. O AT intenta proporcionar ao sujeito "experiências que possam suprir determinada(s) fenda(s) no *self*" (Barretto, p.196), fendas que se originaram de falhas produzidas em algum momento da relação do sujeito com o seu meio; quanto mais precoces essas falhas, maior o comprometimento do *self*, podendo culminar numa desordem psicótica. Utilizando-se do potencial terapêutico presente no cotidiano da vida, o *at* trata de prover a adaptação ambiental que faltou àquele sujeito no seu processo de desenvolvimento.

## Linha três: forças (o impessoal)

"Meu tempo é baseado no relógio, na correria da rua, nos diversos compromissos, na pressa de aprender e viver: o tempo do imediato. O tempo de Júnior era sem medidas nem limites; parecia parado, ou solto, sem referências. Júnior podia falar das cavernas e planetas, da pré-história e do futuro, utilizando-se apenas de sua "máquina do tempo". Passado, presente e futuro nunca se delineavam claros em seu discurso e, por vezes, pareciam uma coisa só. Navegar no tempo com Júnior teve como objetivo possibilitar-lhe uma ancoragem em algum momento de sua

história, propiciar novas conexões a partir da nossa interação, nascentes de um tempo que passasse a ser entendido como diferença e multiplicidade.

Para isso, foi preciso abrir mão dos lemes de meu próprio tempo: dor, medo e angústia eram sentimentos que costumemente me acompanhavam. Por se tornar intensa demais a aventura de mergulhar em uma temporalidade outra, pelo medo de ser engolida por suas ondas e naufragar com Júnior, eu, muitas vezes, precisei subir à tona, respirar e tentar trazê-lo junto comigo." (Benevides, 2004, pp. 46-7)

Para que possa introduzir-se como presença empática na relação com o acompanhado, à semelhança do que faz a mãe suficientemente boa, o *at* deve ser capaz de uma certa abstinência daquilo que é o eixo básico da constituição do seu eu \_ a organização espaço-temporal. Os relatos dos *ats* referem-se à vivência de um descompasso no tempo e à necessidade de prescindir da sua organização temporal para poder acompanhar ora o frenesi ora a lentificação de uma temporalidade cujos parâmetros lhe escapam. O encontro com essa outra espécie de ordem espaço-temporal \_ múltipla, heterogênea, caótica \_, o seu acolhimento, implica o abandono de referências identitárias próprias e a abertura ao estranho que a psicose suscita, numa experiência pela qual não passam imunes os sujeitos nela implicados (Palombini *et al.*, 2004).

Essa experiência radical, do abandono de referências identitárias, levou-nos à utilização do conceito de fora, de Michel Foucault (1966/1990), autor cujo pensamento encontrava-se presente já desde a formulação de nosso projeto, mas apenas na perspectiva arqueológica apontada por sua *História da Loucura* (1961/1978) e não na utilização de seus conceitos como ferramentas da clínica. É com Deleuze (1986/2005) que essa possibilidade se apresenta, ao definir a subjetivação como operação de dobra do fora, a partir da qual uma clínica das intensidades, da diferença, é pensada.

Foucault (1966/1990) formula o conceito de fora a partir da obra de Maurice Blanchot, reportando-se ao ser da linguagem e à loucura: o fora como campo do informe, do nada da origem; espaço de errância, devir; apagamento do eu, emergência do Outro; força de resistência às formas constituídas da existência. Deleuze () enfatiza essa determinação do fora como força expressa em singularidades de resistências, em fluxos desordenados e intempestivos, situando-o num espaço que é entre os dois regimes em que se estratificam as formas, no aprofundamento da fissura entre as palavras e as coisas e mais além dos diagramas em que as forças operantes nos estratos são presas. Nesse interstício, no entre, fora, advém o impessoal.

É no último texto publicado por Deleuze (1995) que encontramos, em fórmula condensada, sua concepção do impessoal, a que denomina de plano da imanência. O impessoal diz de uma vida que está por toda a parte, "carregando os acontecimentos ou singularidades que não fazem senão se atualizar nos sujeitos e nos objetos" (p.16); ela é feita, não de momentos, mas de entre-momentos: "não sobrevém nem sucede mas apresenta a imensidão do tempo vazio onde vê-se o acontecimento ainda por vir e já sucedido, no absoluto de uma consciência imediata" (p. 16). O impessoal é "vida de pura imanência, neutra, para além do bem e do mal, uma vez que só o sujeito que a encarnava em meio às coisas, fazia dela boa ou má". (p.15) É a expressão mais singular e autêntica de um "si" que é imperceptível, anônimo, "ele" ou "a gente" (*on* em francês), "pensa-se" no lugar de "eu penso", homem fora da pessoa, que marca passagens, que coloca em movimento o que se passa entre dois ou vários, liberto das estratificações alienantes, aberto a todos os devires. Podemos conceber que é esse plano do impessoal o que vigora no AT, quando o acompanhante é levado a desprender-se de sua subjetividade empírica, abdicar do seu eu, para acolher a estranheza da psicose nessa zona de indeterminação povoada de afetos que excedem qualquer vivido, permitindo-se seguir os desvios de uma linha de fuga \_ linha do fora \_, transpondo-a e, ao mesmo tempo, tornando-a "vivível, praticável, pensável. Fazer dela tanto quanto possível, e pelo tempo que for possível, uma arte de viver." (Deleuze, 1992, p. 138)

No artigo "Clínica nômade", incluso no livro *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*, organizado pela Equipe de acompanhantes terapêuticos de A Casa, Suely Rolnik (1997) descreve a experiência da psicose como um encarceramento no fora, em cujo turbilhão o psicótico encontra-se perdido e dilacerado. A intensidade e a dispersão das forças que o atravessam impedem a constituição de modos de existência baseados nos afetos que essas forças provocam. Para ser capaz de acompanhá-lo, diz a autora, o *at* deve dispor-se às "reverberações do fora e suas desestabilizadoras tormentas", acolhendo "aquilo que excede a si mesmo, que excede os territórios conhecidos e suas respectivas cartografias". (p. 91)

A mesma concepção guia a experiência de Maria Paula Cauchick (2001), relatada no livro *Sorrisos inocentes, gargalhadas horripilantes: intervenções no acompanhamento terapêutico*. Cauchick define a ética do AT pelo deixar-se afetar por um universo invisível de forças, fluxos e intensidades, mais além da relação a um mundo representativo, feito de palavras e imagens; nessa experiência em que os sentidos se rompem, é um corpo potencial e intensivo que emerge. O conceito de Corpo Sem Órgãos (CsO), de Deleuze e Guattari (1972/1982), destaca-se como ferramenta na experimentação do AT, colocando em cena "um corpo permeável ao atravessamento de forças-fluxos, virtualidades e singularidades [...] capaz de captar dimensões imprevisíveis da realidade." (Cauchick, p. 128). Essa abertura, o fato de não se ater, como no corpo orgânico, a uma organização dos órgãos é - diz a autora - o que permite a transformação da subjetividade, atualizando o potencial imanente de criar um novo corpo a partir da experimentação, abrindo espaços para a criação. Mas corre-se o risco de sucumbir à vertigem, submetendo-se ao aprisionamento em um certo CsO que elimina "qualquer possibilidade mínima de organização e de variação por CsO plurais que possam sustentar uma existência". (p. 129). O desfecho, então, pode ser a loucura ou a morte. É preciso agir com prudência, como refere Deleuze e Guattari, citados por Cauchick, colocando em jogo um saber, uma arte das dosagens, em atenção ao que a autora chama "os pequenos pedaços

de terra que nos dão chão", permitindo "vivenciar o caos, sem que este se torne um fim em si mesmo, o que seria a própria destruição". (p. 82)

## Urdidura e trama: território urbano

"Um dia [...] fomos [ao Parque da] Redenção [...] andar com o trenzinho. Começou a chover [...] ficamos nos protegendo da chuva dentro do trenzinho e depois na bilheteria. [...] Lúcia conversou muito com [o rapaz do trenzinho]. Quando ele perguntou o que nós fazíamos no CAIS [CAPS], Lúcia respondeu 'a gente trabalha, a gente escreve'. Lúcia perguntava o nome, idade, se ele é casado. E também respondia. Eu, praticamente, entrava na conversa só para responder o que ele perguntava para mim. [...] Ele diz então que Lúcia vai ter que me dar um presente, Lúcia diz 'é eu vou ter que dar um presente pra ela mesmo'. Ele sugere que ela me dê um gato, insinuando que ele seria o 'gato' dado para mim. Lúcia diz que eu já tenho 'gato' e que é um 'gatão' [...] Depois de um pouco mais de conversa, ele nos deu uma carona de trenzinho até a frente do CAIS. [...] Lúcia chegou no CAIS contando que andamos de trenzinho de graça e 'ainda tive que cuidar dessa guria'. Diz que 'tava entendendo tudo', que ele estava querendo me paquerar. Ricardo diz 'essa dupla é arretada'. Digo que a gente se cuidou bem. Bia providencia outra blusa e procura uma bermuda e ela 'o que que tem ficar com a bunda molhada?'. Diz 'foi uma aventura, né Ana Paula?' e que vai escrever sobre isso. (Tibulo, 2003).

De início, a cidade foi concebida em nosso projeto como palco da clínica, ou como seu elemento acessório, que vinha dar concretude e permanência a conteúdos psíquicos de frágil consistência. Na medida, porém, em que o trabalho avançava, de forma que o AT ia desbravando ruas, cantos, quartos, foi-se revelando a potência contida na interação com cada um dos gestos e objetos que compõem o cotidiano urbano. A cidade, os seus espaços e tempos, em sua rica variabilidade, passou a ser concebida como matéria constitutiva e primeira dessa clínica.

Já em 1902, em texto que se tornou clássico, "A metrópole e a vida mental", Georg Simmel (1902/1987) mostra como a caracterização do espaço e do tempo nas grandes cidades incide marcadamente sobre a personalidade de seus habitantes. Em contraste com o tempo lento e a constância das relações nas pequenas comunidades, restritas a um círculo fechado, o ritmo acelerado, o alargamento do espaço e a multiplicidade e atomização das relações que a nova ordem econômica impõe às metrópoles pela divisão e especialização do trabalho, ao mesmo tempo em que representam um ganho de liberdade e autonomia para o indivíduo, submetem-no a relações impessoais de dependência, no bojo das quais a sua individualidade se apaga. Contra esse apagamento, o habitante da metrópole lança mão de estratégias de diferenciação, aprimorando particularidades com as quais intenta elaborar sua própria individualidade, destacada da dos demais, ainda que inelutavelmente atrelada à conformação hegemônica em uma sociedade marcada pela economia monetária, cujas relações se pautam pela pontualidade, pelo cálculo, pela exatidão e pela racionalização. Nesse contexto, exposto à intensificação e fragmentação de estímulos muitas vezes contrastantes, o indivíduo adota o que Simmel descreveu como a atitude *blasé*, típica da vida mental metropolitana: espécie de pane na capacidade de reação à miríade de sensações e estímulos que a urbanidade acarreta e embotamento do poder de discriminar significado e valores diferenciais das coisas \_ reflexo subjetivo de uma economia do dinheiro interiorizada, que reduz todo objeto a uma avaliação exclusivamente pecuniária e que leva a um sentimento de inutilidade da própria vida. No esforço de auto-preservação diante desse nivelamento e indiferenciação que atinge o próprio indivíduo, a atitude *blasé* se faz acompanhar de uma reserva em relação ao outro, que pode chegar à aversão e estranheza mútuas.

A análise de Simmel, na confluência de campos diversos do conhecimento (filosofia, história, sociologia, psicologia, economia...), representa o ponto inaugural de um pensamento que toma como indissociável o laço entre a conformação do espaço e do tempo urbanos e os modos de subjetivação. Na esteira desse pensamento, o livro *Carne e Pedra*, de Richard Sennett (1997), já no final do século que se iniciara com Simmel, faz o percurso desde a pólis grega até as megametrópoles modernas, numa demonstração do modo como a arquitetura urbana, a planificação dos espaços públicos determinam uma forma específica de apropriação do corpo, culminando com o individualismo e a passividade, característicos da contemporaneidade.

Sennett detém-se em examinar as modificações introduzidas nos modos de vida nas cidades, a partir das transformações tecnológicas por que passam os mais diversos elementos que compõem o urbano, dos meios de transporte às edificações, das poltronas aos cafés. No que diz respeito às condições de moradia, por exemplo, o autor nos mostra como o seu aperfeiçoamento leva à progressiva independização de uma relação ao meio exterior: os sistemas de calefação e refrigeração regulam a temperatura ambiente sob condições climáticas as mais diversas; a utilização da luz elétrica prolonga as possibilidades de uso dos espaços interiores, prescindindo da iluminação natural que, através das aberturas das casas, caracterizava o trânsito entre exterior e interior; a invenção do elevador desobriga o corpo do esforço motor da locomoção vertical, leva ao surgimento dos arranha-céus e intensifica a experiência de desenraizamento dos corpos com respeito ao espaço aberto da cidade, tornando possível os deslocamentos de um lugar a outro sem nenhum contato físico com o mundo exterior. Assim, do elevador à garagem subterrânea, desta à auto-estrada e novamente à garagem e elevador, a circulação pelo urbano \_ longe de engajar o corpo no encontro com a diversidade \_ lança-o na cômoda monotonia do individualismo. A mobilidade própria à vida nos grandes centros urbanos, representada pelas auto-estradas, o fluxo ininterrupto de veículos, o crescimento contínuo e fragmentado da cidade em direção à periferia têm como resultado paradoxal a apatia dos sentidos, reduzindo-se a complexidade da experiência urbana ao mínimo contato possível, numa economia de gestos e percepções. Velocidade, fuga e passividade, conclui Sennett, determinam a existência corporal na cidade. (Palombini *et al.*, 2004)

Se a formulação de Sennett parece apontar para o aprofundamento, na contemporaneidade, daquilo que Simmel, no início do século, descreveu como atitude *blasé*, a leitura de Zygmunt Bauman (1998) dá ênfase à idéia de estranheza e aversão que perpassa as relações entre os habitantes da cidade, a que Simmel designara como "reserva". Bauman, porém, situa o estranho, não mais na relação entre iguais, no anonimato da cidade, mas como desvio com respeito à ordem coletiva instituída, cabendo a cada sociedade a produção da sua própria espécie de estranhos. É assim que, na modernidade, em que a identidade deixou de ser algo herdado \_ atribuição por outrem \_ para tornar-se resultado de uma realização individual \_ projeto pessoal de vida \_\_, um cenário duradouro e estável com respeito à ordem social tornou-se necessário para a concretização dos projetos identitários, cabendo ao estado moderno legislar a ordem para a existência por meio de uma clara aglutinação de divisões, classificações, distribuições e fronteiras. Foi a essa visão da ordem que os estranhos modernos não se ajustaram, fazendo ressaltar, da norma instituída, aquilo que era a sua exceção, exalando incerteza onde a certeza e a clareza deviam ter imperado.

A especificidade do capitalismo contemporâneo imprime, porém, um novo desenho à categoria do estranho, para o qual se voltam as análises de Bauman. A diluição da suposta solidez e continuidade que caracterizavam as estruturas modernas torna incertos, não apenas o destino de vidas individuais, mas também, diz o autor (p. 32), a "futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios pelos quais julgar os acertos e erros da maneira de viver". Em conseqüência, os estranhos já não são mais definidos *a priori*, autoritariamente, como nos tempos em que a ordem era gerida e assegurada pelo estado. A diferença que separa eu e não-eu, nós e eles, precisa ser continuamente construída e reconstruída. Nas palavras de Bauman (p. 37): "Os estranhos de hoje são subprodutos, mas também os meios de produção no incessante, porque jamais conclusivo, processo de construção da identidade."

O autor segue sua argumentação mostrando como a relação com o estranho é de natureza distinta para aqueles que detêm o poder no mundo regido pelo capital (poder de compra e venda, portanto) e para os que se encontram excluídos desse poder, sem possibilidades de escolhas e controle de sua própria vida. Para os primeiros, "os estranhos são pessoas que você paga pelos serviços que elas prestam e pelo direito de terminar com os serviços delas logo que já não tragam prazer" (p. 41); para os últimos, os estranhos representam a ameaça de dissolução, de perda do seu território já apertado, contra a qual reagem de modo selvagem e aturdido, num combate em que "o fraco enfrenta o fraco", "reflexo de sua própria falta de poder".

Para Bauman, o reapoderamento dos sujeitos humanos, a posse dos recursos para a construção de sua identidade, o direito à individualidade, num mundo em que a convivência com a alteridade torna-se diária e permanente são tarefas que se colocam hoje no horizonte das práticas emancipatórias. Contrariamente ao período moderno em que a aniquilação do estranho era desejável para a conquista da ordem (seja progressista ou reacionária), a contemporaneidade é marcada por um consenso quase universal em torno ao cultivo e proteção da diferença, do retorno ao "lar comunal", em oposição às ambições universalistas do estado moderno. A transposição do estado universalista para a tribo particularista não é, porém, capaz de superar o malogro emancipador da modernidade: se a autodeterminação comunal pode auxiliar as etapas iniciais do longo processo de reapoderamento dos sujeitos humanos, ela guarda o perigo de se converter em nova forma de opressão. Mais do que ampliar a dimensão total da liberdade do indivíduo, o cenário pós-moderno a redistribui, de forma cada vez mais polarizada, intensificando-a entre os que podem edificar (comprar) a estranheza como fonte de experiências prazerosas e limitando-a drasticamente entre os despojados e panopticamente dirigidos. Bauman (pp.46-47), contudo, não deixa de assinalar o que considera "uma genuína oportunidade emancipadora na pós-modernidade, a oportunidade de depor as armas e suspender as escaramuças de fronteira empreendidas para manter o estranho afastado [...]. Essa oportunidade não se acha na celebração da etnicidade nascida de novo e na genuína ou inventada tradição tribal, mas em levar à conclusão a obra do "desencaixe" da modernidade, mediante a concentração no direito de escolher a identidade de alguém como a única universalidade do cidadão e ser humano, na suprema e inalienável responsabilidade individual pela escolha \_ e mediante o desnudamento dos complexos mecanismos administrados por estado ou tribo e que têm em mira despojar o indivíduo dessa liberdade de escolha e dessa responsabilidade. A unicidade humana depende dos direitos do estranho, não do problema sobre o que \_ o estado ou a tribo \_ está habilitado a decidir quem são os estranhos."

Antonio Arantes (1994) lança um olhar sobre a cidade e as singularidades que a habitam que faz ressaltar o dinamismo das interações que dão lugar à criação e anulação do estranho. O autor propõe pensar a cidade como "um pulsar de espaços e lugares interpenetrados, confronto entre singularidades, num amplo cenário explicitamente político." (p.200) À diferença dos territórios que delimitam identidades bem definidas e contrastadas, nas praças e ruas das grandes cidades formam-se conflitos e sociabilidades, constituindo lugares sociais efêmeros e multifacetados, no entrecruzamento complexo de múltiplos territórios. O autor chama de "guerra dos lugares" esse entrecruzamento que constitui o espaço urbano, resultando na formação de contextos espaço-temporais flexíveis, mais efêmeros e híbridos do que os territórios sociais que engendram identidades fixas: "mais do que territórios bem delimitados, esses `contextos' ou `ambientes' podem ser entendidos como zonas de contato, onde se entrecruzam moralidades contraditórias, [onde] aproximam-se mundos que são parte de um mesmo modo mas que, assim mesmo, encontram-se irremediavelmente apartados." (p. 192). Trata-se de um jogo de forças, no campo de combates, visíveis e invisíveis, que formam a cidade. A guerra dos lugares de que fala o autor não diz respeito à guerra a ser debelada, como patologia social, mas à guerra como movimento, oxigenação, encontro e confronto com a alteridade para além do plano dos espaços identitários da cidade visível. Guerra como campo aberto de possibilidades imprevisíveis, produzindo espanto e desacomodação.

Contra o espaço múltiplo, polifônico e pulsante da cidade moderna, construíram-se as casas burguesas, reduto da intimidade e proteção, dividindo casa e mundo, interior e exterior, aconchego e risco. Parâmetros médicos e educacionais definem, então, o morar adequado, capaz de promover o equilíbrio do espírito, o desenvolvimento psicológico das crianças e o conhecimento da sexualidade e do corpo, possibilitando a saúde da família (Baptista, 2003). Perfazendo o contexto no qual tem surgimento essa forma do morar, correlata de uma concepção da clínica que institui a casa como espaço identitário, de representação do eu e expressão simbólica de uma fantasmagoria pessoal, Baptista lança um alerta às abordagens que, no campo da saúde mental, investem de sacralidade o lugar da moradia, como o espaço interior que dá guarida à subjetividade. Para o autor, tanto quanto a cidade, a casa é potencialmente, não o espaço de confirmação da identidade, mas campo de experimentação de vida, de encontros, de sociabilidades, polissêmico, mutante e multifacetado. Pelas frestas, portas e janelas, o caleidoscópio mundano e anônimo penetra o aconchego do lar, fazendo fracassar a pedagógica missão do morar na modernidade.

Abrir-se à cidade ao habitá-la, errar por suas ruas é, nas palavras de Frayze-Pereira (1997, p.33) "uma ação de resistência à lógica imposta pela modernidade contemporânea", restabelecendo "o valor de uso do espaço numa sociedade que privilegia o valor de troca", investindo na construção de novos códigos relacionais. É, com efeito, da construção de uma nova cidade \_ outras casas, outros bairros \_ que se ocupa a experiência do AT, pela constituição de uma rede de relações, amarragens mais ou menos tênues que se fazem na circulação com o acompanhado, ajudando-o a situar-se, a construir um lugar possível para si, como parte dessa rede, partícipe dos seus fluxos de vida. O *at* desprende-se da cidade em que se reconhece para que uma outra cidade possa ser habitada, uma cidade que, emergindo do encontro entre acompanhante e acompanhado, constrói-se no exato instante em que, juntos, eles a percorrem: observam traços nunca antes vistos, deparam-se com rastros desconhecidos, embrenham-se por ruas desviantes, sentem cheiros e cores novos.

O AT se revela aqui uma experiência próxima à do flanador, que vagueia pelas ruas em meio à multidão. Para Benjamin (1938/1994), o *flâneur*, ou flanador, com seu espírito indolente e detetivesco, rompe o insensível isolamento do indivíduo em seus interesses privados, preenchendo o vazio criado por tal insensibilidade na medida em que inventa interesses, tomando-os de empréstimo dos desconhecidos passantes. A dialética presente nesse personagem é engendrada a partir de sua face múltipla, perdida na multidão e fazendo da massa a sua mais confortável moradia, ao mesmo tempo em que destaca a singularidade das pequenas coisas do dia-a-dia.

Mas a flanância do *at* distingue-se por não se iniciar necessariamente pelas ruas. Frequentemente, o começo de um AT aproxima-se mais da *Viagem ao redor de meu quarto*, de Xavier de Maistre (1794/1998). A *viagem*, então, é pelo enclausuramento de um mundo-quarto, ou mesmo um mundo-instituição, quando nosso andar passeia pelas construções memoriais, ressignificando os encontros e desencontros do cotidiano com pessoas e objetos familiares, como nas expedições propostas pelo autor. Uma flanância na intimidade de uma casa/instituição, buscando, na potencialidade dessas ressignificações, o rompimento com o enclausuramento instituído, tal como a ruptura dos interesses privados empreendida pelo flanador benjaminiano.

A possibilidade criativa de novos lugares sociais é o que o AT intenta produzir em seu passeio por ruas e quartos, desvelando-se aí sua dimensão política revolucionária. A lentidão do seu andar não é o contrário da velocidade, mas escolha (Sant'Ana, 2001) que diz da necessidade de não tingir a caminhada com as cores do puro esforço. É preciso colher cada detalhe desse encontro com a cidade para que, de seus gestos mínimos, de suas quinquilharias, brote a preciosidade poética da criação de um espaço onde a diferença possa inscrever-se e, em sua diferença mesma, marcar seu lugar no mundo dos iguais.

É a dimensão do acontecimento o que se coloca em jogo, então, da maneira como Rajchman (1991) o define: singular, inatributável ou imprevisível, implicando uma outra lógica de sentido em que as discordâncias levam a uma transformação, o acontecimento é sempre distanciamento de si, ato de diferenciação, e não identificação que se repete sem diferença. Referido ao encontro com a alteridade, no qual algo de si é perdido, o acontecimento pode ser entendido como um corte, ruptura com aquilo que paralisa e enclausura o sujeito em uma dada posição. O AT, portanto, é feito dos acontecimentos que emergem da interação com os espaços e tempos da cidade, numa sucessão de acasos-acontecimentos (Cabral, 2005) que podemos tomar \_ em paralelo com a regra psicanalítica da associação livre \_ como regra fundamental dessa clínica em movimento.

## Tessitura: clínica-mundo

"Na nossa penúltima saída, passeando de barco sobre o lago Guaíba, ficamos olhando os prédios se afastarem. O muro, que do lado de lá esconde o lago, era um nada de dentro do barco. Ficamos em silêncio, como se fosse a primeira vez que víamos aquela paisagem. César voltou-se para mim, deu um sorriso, apontou para o Centro que ficava cada vez mais longe e comentou: "Bonito, né?". Foi mesmo muito bonito." (Jover, 2004, p.70).

Em *História da Loucura*, ao mesmo tempo em que Foucault (1961/1978) advoga à invenção freudiana a possibilidade de resgate do valor de verdade da palavra do louco, ele também emite uma das críticas mais duras à psicanálise, com respeito àquilo que constituiria, segundo as suas palavras, a criação propriamente genial de Freud: o fato de transferir as condições do tratamento moral próprio ao espaço do asilo para o interior do *setting* analítico, para o campo da relação estabelecida entre analista e analisante, em que o dispositivo transferencial não seria mais do que uma derivação do dispositivo do tratamento moral, ambos operando através da especularização como modo de retificação da imagem do louco sobre si mesmo (Palombini, 2004). Uma década depois, nos anos 73 e 74, o seminário proferido por Foucault no Colégio de França perfaz a genealogia do poder psiquiátrico e de



suas disciplinas correlatas (psicanálise incluída). A esse conjunto de disciplinas é arrolada a função de manutenção do regime disciplinar, por meio de um discurso que assinala o fracasso da soberania familiar, evidenciado no caráter indisciplinável do indivíduo, e que busca a restauração do poder do pai como fonte de retroalimentação de todo o sistema disciplinar. A psicanálise se fundaria aí, nesse modelo da psiquiatria familiarizada que surge no final do século XIX, reforçando o jogo estabelecido entre soberania familiar e funcionamento disciplinar. (Foucault, 2003)

Gauchet e Swain (1980) formulam, em outros termos, uma crítica que se pode sobrepor às críticas de Foucault a que nos remetemos anteriormente. Refazendo a história da instituição asilar e do nascimento da psiquiatria, os autores têm como tese central a idéia de que o asilo se constitui como laboratório político da modernidade, em que seu fracasso como projeto terapêutico revela a face totalitária inerente ao projeto mesmo de sociedade democrática a que a modernidade deu curso. A pregnância do ideal isolacionista do asilo, malgrado o seu reiterado insucesso, impõe-lhes a análise das razões que levaram à constituição de um laço como que indissolúvel entre loucura e instituição: segundo os autores, é o projeto de governo das almas, próprio à dinâmica igualitária do Ocidente moderno e situado, como tal, na origem do asilo, o que reincide, de forma mais ou menos insidiosa, mesmo nos movimentos de ruptura os mais avançados, como aqueles fundados na psicanálise e na psicoterapia institucional. Assim, a idéia de constituição de uma sociedade à parte da sociedade global, um pequeno mundo auto-suficiente e conforme às necessidades próprias ao ser da loucura, ressurgiu, sob formas modernizadas, na vanguarda da exigência democrática e anti-hierárquica, instauradora de um funcionamento coletivo em que todos os seus integrantes tomam parte das decisões, de modo que a comunidade mantém sua coesão menos de um poder exterior (como a imagem do médico-diretor do asilo acumulando todos os poderes) e mais de uma contribuição ativa, permanente e geral dos indivíduos.

Não se trata mais, nesse caso, de arranjar o espaço de maneira a torná-lo integralmente legível para um olho ao mesmo tempo onipresente e ausente, central e exterior. Mas, pela circulação da informação, da reunião sistemática, da palavra livre, da expressão espontânea das reações, da análise permanente de si, dos outros e dos movimentos que atravessam o coletivo, a questão segue sendo a de organizar um campo, que era ótico e se tornou verbal, em que tudo seja exposto, acessível, interpretável e controlável. Também a penetração dos efeitos regularizadores da instituição no seio das individualidades não é mais esperada da simples adesão mecânica à disciplina comunitária, mas, sim, do engajamento afetivo de cada um na pessoa institucional, da abertura assumida de si para com os outros, pela implicação mútua e da constante circulação do discurso.

A psicanálise, na visão de Gauchet e Swain, foi instrumento capaz de operar a transformação do campo ótico ao verbal, engendrando as formas novas da instituição, ao mesmo tempo adaptada aos imperativos sociais do momento e fiel às exigências fundamentais de uma máquina de agir sobre as almas. Cabe perguntarmos sobre as condições de possibilidade de superação dessas exigências no interior mesmo do dispositivo psicanalítico. O enquadre analítico estará fadado a reproduzir, necessária e inelutavelmente, as condições institucionais para o governo das almas (o que condiz com a crítica foucaultiana de que o *setting* analítico reproduz, no interior da relação transferencial, as condições do tratamento moral)? Seria possível pensar uma psicanálise fora do enquadre em que se estabelece uma relação de domínio, à parte das relações sociais comuns? Uma psicanálise que não se retira dos laços da cidade?

Em outro texto, em diálogo com a crítica foucaultiana antes referida, sustentamos que a experiência do AT, ao dissolver o *setting* analítico no espaço aberto da cidade, contém, em potência, o reordenamento do dispositivo transferencial, não mais em continuidade ao dispositivo asilar do tratamento moral, mas, antes, na direção do fora a que aponta a loucura, num movimento de abertura, cujos efeitos repercutem tanto sobre a figura do acompanhado como sobre o seu acompanhante e a equipe do serviço que o atende (Palombini *et al.*, 2004; Palombini, 2004).<sup>3</sup> É dessa forma que podemos entender a necessidade, narrada pelos acompanhantes, de se subtrair do seu eu, de se abster de sua organização espaço-temporal para acompanhar o espaço-tempo outro da loucura, o que os lança no campo da experiência sensível, não representacional, no encontro estético dos corpos, fora do registro da palavra. Mas, associada a essa experiência do fora, é o cotidiano mesmo da vida cidadina, no qual a relação entre acompanhante e acompanhado encontra-se imersa, que convoca, igualmente, ao abandono das certezas próprias a um sistema fechado, pouco permeável à variabilidade dos jogos de força presentes no território da cidade, aos sentidos inesperados e inconclusos que emergem do uso de seus objetos, ao traçado desviante de suas ruas.

Inserido nesse contexto, a céu aberto, o AT parece responder àquilo que Gauchet e Swain imputam, ainda que pelo negativo, à instituição por vir no campo *psi*, aberta ao mundo exterior e capaz de desvencilhar-se da ambição arraigada do governo das almas, de forma a não querer se assegurar das pessoas, não se pensar numa clausura, não se colocar como referência única, guardando uma abertura não só de fato mas também simbólica sobre o exterior e sem raciocinar em termos de resultados a obter por meio de um dispositivo que seria inteiramente sob controle. Princípios, dizem os autores, que a experiência obriga a formular, mas que desenham um futuro quase inimaginável: "Um passo a mais na estranha tanto quanto insondável exploração que, de Pínel a Freud, os homens não cessam de perseguir no interior da parte alienada deles mesmos: a das imprevisíveis potências do impoder." (1980, pp.248-9, tradução nossa)

O projeto pineliano, por um lado, assentado na busca da desalienação do louco, do seu domínio de si e integração nas práticas de sociabilidade asilar, veio dar corpo ao ideal de transparência do sujeito em relação a si próprio, revelador da face totalitária da democracia moderna. O nascimento da psicanálise, por outro lado, implicou o reconhecimento de uma opacidade irreduzível, constitutiva da singularidade, que resiste aos movimentos de captura. Sua face totalitária, porém, terá expressão nas experiências de submissão totalitária do analisante ao

psicanalista, em que se impõe a observância estrita e absoluta às regras de funcionamento, por meio das quais a psicanálise reedita o ideal isolacionista e a ambição de domínio em que se fundou a psiquiatria (Birman, 2005).

O abandono dessa posição, o reconhecimento e assunção de seu "impoder", permitiriam à psicanálise prescindir do isolamento e da pretensão de transparência subjacente a esse isolamento, deixando aberto o campo da conflitualidade imanente a uma subjetividade que, opaca, se concebe como resistência. Mas isso requer o deslocamento, do registro político (estatal) do governo das almas, para o registro da guerra em que as forças em conflito entram em cena. Reencontramo-nos aqui com a noção de guerra de lugares, a que alude Arantes, agora aproximada ao conceito de máquina de guerra formulado por Deleuze e Guattari (1980/1997). Definida, a partir da figura do nômade, como um vetor de velocidade absoluta, fluxo de afetos que traçam uma linha de fuga criadora, através da qual compõem um espaço liso e o movimento dos homens nesse espaço, a máquina de guerra opõe-se às formas estratificadas do Estado, justamente por buscar a reconstituição de um espaço liso ali onde a organização estatal o faz estriado. Tais características não são prerrogativas dos povos nômades, mas definem o que os autores denominam de nomadismo e a essência da máquina de guerra. Nesse sentido, tanto um movimento artístico, como científico ou "ideológico" (ou mesmo a clínica, conforme nossos argumentos) pode ser uma máquina de guerra potencial, desde que envolva o traçado de uma linha de fuga criadora. É esse traçado que constitui propriamente o objeto e define a essência da máquina de guerra, colocando-a inevitavelmente contra o Estado e as cidades (estratificadas, identitárias), de modo que a guerra se torna seu objeto segundo. Indisciplina, motim, guerrilha, guerra popular e revolucionária são conforme à essência da máquina de guerra na medida em que a guerra mesma é seu objeto tanto necessário quanto suplementar: "*elas só podem fazer a guerra se criam outra coisa ao mesmo tempo*, ainda que sejam novas relações sociais não-orgânicas" (p. 110).

O Estado por sua vez, apropriando-se da máquina de guerra, transforma-a em instituição militar dirigida contra os nômades, destruidores do Estado, ou contra outros Estados com os quais compete, e torna a guerra o seu objeto direto e primeiro.

Retornando às questões que deram origem a este artigo, podemos pensar que o que se faz singular à clínica do AT é seu posicionamento no plano da máquina de guerra. É porque coube a essa clínica sustentar suas operações no espaço aberto da cidade que se lhe impôs encontrar-se com a potência da máquina de guerra, concebida, conforme Deleuze e Guattari (*ibidem*), como pura exterioridade. É indiferente se o espaço da cidade toma, aqui, a forma de uma rua, uma praça, uma cama ou um quarto, quando se considera que cada um desses territórios pode revelar-se poroso à matéria do mundo para além de suas fronteiras mais ou menos estreitas, e que se os habita na perspectiva de um itinerário por vir.

Assim, ao abrir-se para os múltiplos territórios que se inter cruzam na cidade, a experiência suscitada pelo AT desvela a possibilidade de operar a clínica nesse registro em que a guerra tem lugar. É, portanto, a máquina de guerra acessada pelo *at* o que pode retornar à clínica psicanalítica e interrogar seus sentidos, fazendo emergir, das fissuras que a psicanálise mesma veio a produzir no interior da sua experiência, a guerra como potência, no abandono de qualquer pretensão de governo das almas. Merece menção, nesse sentido, a ultrapassagem da perspectiva de governo das almas no corpo mesmo da obra freudiana, em momentos cruciais da sua elaboração: quando aproxima o conceito de transferência ao de resistência, ou seja, quando é da resistência ao analista que emerge a verdade do analisante (Freud, 1912/1976); quando a compulsão à repetição, que se apresenta como um fato da clínica, encontra sua razão teórica na formulação da segunda teoria pulsional, com o conceito de pulsão de morte que arranca a psicanálise do solo do racionalismo e frustra suas pretensões iluministas (1920/1976); quando reconhece a insuficiência do saber psicanalítico diante dos enigmas da neurose (1926 [1925]/1976).

Evidentemente, essa perspectiva da clínica como máquina de guerra norteia, de saída, as formulações da esquizoanálise, assentadas sobre a crítica à primazia que a psicanálise concede a um Édipo universal, legislador do simbólico. Nesse caso, o risco passa a ser o de alçar a monumento o acontecimento fluido e singular \_ irreproduzível \_ da máquina de guerra, como modelo a ser copiado (Deleuze & Guattari, 1980/1997), congelando velocidades e tornando estático o que deveria ser devir. Mas é preciso ainda investigar de que modo os enunciados psicanalíticos, concernentes, por um lado, ao pensamento laciano e, por outro, à clínica winnicottiana, dialogam com essa noção de máquina de guerra. Limitamo-nos, neste artigo, a apontar alguns dos conceitos que, em cada uma dessas vertentes, afiguram-se produtores no estabelecimento desse diálogo.

Winnicott, cujas formulações distanciam-se da centralidade que veio a ocupar o Édipo no pensamento psicanalítico, recusa o conceito freudiano de pulsão de morte para afirmar a existência de uma força vital, expressa, nos primórdios da vida, através da motilidade e do erotismo. A agressividade, ou destrutividade, tem lugar, nessa formulação, como expressão, não do ódio, mas da motilidade, conforme a resposta advinda do ambiente. Definida como impulso ao movimento, presente já na vida fetal, a motilidade é a força de que o bebê se serve para descobrir e apropriar-se do mundo, estabelecendo, através dos obstáculos que lhe são impostos em oposição a esse movimento, os limites entre exterior e interior, entre eu e não-eu. Enquanto o erotismo, nesse período inicial, dirige-se a um objeto apenas subjetivamente concebido, a motilidade só alcança satisfação quando encontra a oposição de um ambiente que começa a ser percebido como não-eu. A progressiva fusão da motilidade com o erotismo acentua a sensação de realidade da experiência, possibilita a auto-criação do bebê e o sentimento de continuar a ser, base para o desenvolvimento do *self*; a insuficiência ou ausência dessa fusão faz com que apenas a experiência agressiva seja sentida como real (Plastino, 2005).

A agressividade, portanto, nessa acepção, oriunda da motilidade, longe de ter um caráter desagregador, é propulsora da criatividade e da integração do eu, apresentando, conforme Costa (2000, p. 14), "uma relação agônica com a interdição, da qual depende para se robustecer e à qual fornece a energia necessária ao exercício da

coerção", num incitamento recíproco à expansão, o qual dá andamento ao movimento criativo. É na perspectiva dessa agonística entre agressividade e interdição que pensamos poder situar um paralelo com a noção de máquina de guerra proposta por Deleuze e Guattari<sup>4</sup>.

Quanto a Lacan, é nos anos 60, quando formula o conceito de objeto *a* (Lacan, 1966/1998) e dá maior precisão à distinção entre real e realidade (1973/1979), que ele de fato explicita a distinção entre complexo edípico (referente ao ideal fálico hegemônico na cultura) e complexo de castração (relativo à falta inerente à estrutura da linguagem). Tal distinção não se apresenta na sua teorização sobre as psicoses, no seminário dos anos 55-56, em que o estabelecimento da forclusão do Nome-do-Pai como mecanismo estrutural constitutivo da psicose circunscreve o mito edípico como índice único da castração no psiquismo (Santos, 1999). Mas é no curso ulterior de seu ensino, cuja ênfase recai sobre o conceito de real (Lacan, 1975/1985a), e especialmente nos seminários de 73-74 (*RSI*) e de 75-76 (*O Sinthoma*), quando Lacan resgata a referência plural \_ nomes do pai \_ que anunciara em seu seminário interrompido de 69 (Porge, 1998), que se vislumbram as ferramentas conceituais com as quais a clínica lacaniana ultrapassa a "normopatia" da ordem fálica (Poli, 2005) e abre-se à invenção singular com que cada um se faz nome, se faz *sinthoma*, sem referência necessária à metáfora paterna, multiplicando as possibilidades de enlace com a realidade. O conceito de real e o caráter de invenção a que remete a referência plural dos nomes do pai indicam-nos vias possíveis de aproximação entre a clínica referida a Lacan e a máquina de guerra, tal como a formulam Deleuze e Guattari.

O AT como experiência da clínica, cujo percurso intentamos transmitir, levou-nos ao encontro com a cidade e seus jogos de força, a partir do qual tomaram corpo as interpelações que lançamos, em retorno, no campo da clínica, à psicanálise mesma. O esforço de dobrar a psicanálise sobre si, estabelecendo sua proveniência e desnaturalizando seus conceitos, incluindo-a na cidade, testemunha a aposta na força disruptiva que a experiência psicanalítica contém e que só pode se preservar na sustentação da crítica rigorosa e renovada da teoria e de suas práticas. O que aqui se escreve não pretende nenhuma conclusão; apenas aponta vias possíveis de uma investigação ainda por trilhar, na esteira dos caminhos que o AT perfaz.

## Referências bibliográficas

- Aranes, A. (1994). A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.23, Cidade. São Paulo, SP: IPHAN, pp.191-203. [ [Links](#) ]
- Araújo, F (2005). *Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos clínicos à política da amizade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. [ [Links](#) ]
- Baptista, L. A. (2003). Dispositivos residenciais e as máquinas do morar. (mimeo) [ [Links](#) ]
- Barretto, K. D. (2000). *Ética e técnica no acompanhamento terapêutico*. Andanças com Dom Quixote e Sancho Pança (2ª. ed.). São Paulo, SP: Unimarco. [ [Links](#) ]
- Bauman, Z. (1998) *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. [ [Links](#) ]
- Benevides, L.G. (2004). Manhãs gaúchas. In Palombini, A. L., Jover, E. R., Richter, E. P., Mesquita, J. R., Cabral, K. V., Benevides, L. G. et al. *Acompanhamento terapêutico na rede pública*. A clínica em movimento. Porto Alegre, RS: UFRGS, pp.43-47. [ [Links](#) ]
- Benjamin, W. (1994). "O Flâneur". In W. Benjamin. *Obras Escolhidas Volume III \_ Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo* (3ª ed.). São Paulo, SP: Brasiliense. (trabalho originalmente publicado em 1938) [ [Links](#) ]
- Birman, J. (2005). Aula proferida no PPG em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. [ [Links](#) ]
- Cabral, K. (2005). *Acompanhamento terapêutico como dispositivo da reforma psiquiátrica: considerações sobre o setting*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. [ [Links](#) ]
- Cauchick, M.P. (2001). *Sorrisos inocentes, gargalhadas horripilantes*. Intervenções no acompanhamento terapêutico. São Paulo, SP: Annablume. [ [Links](#) ]
- Costa, J. F. (2000). Playdoier pelos irmãos. Prefácio in M.R. Kehl. *Função fraterna*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, pp. 7-30. [ [Links](#) ]
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro, RJ: ed.34. [ [Links](#) ]
- \_\_\_\_\_. (1995). "A imanência: uma vida...". In *Revista Educação & Realidade*. Vol.27, n.2, jul/dez 2002. Porto Alegre, RS: Faculdade de Educação, UFRGS, pp.10-17. [ [Links](#) ]
- \_\_\_\_\_. (2005). *Foucault*. São Paulo, SP: Brasiliense. (trabalho originalmente publicado em 1986) [ [Links](#) ]
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1982). *O Anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (trabalho originalmente publicado em 1972) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (1997). *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol.5. São Paulo, SP: ed.34. (trabalho originalmente publicado em 1980) [ [Links](#) ]

Equipe de Acompanhantes Terapêuticos do Hospital-Dia A Casa (org.). (1991). *A rua como espaço clínico*. Acompanhamento terapêutico. São Paulo, SP: Escuta. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (org.). (1997). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo, SP: EDUC. [ [Links](#) ]

Foucault, M. (1978). *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo, SP: Perspectiva. (trabalho original publicado em 1961) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (1990). *O pensamento do exterior*. São Paulo, SP: Princípio. (trabalho original publicado em 1966) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (2003). *Le pouvoir psychiatrique*. Cours au Collège de France. 1973-1974. Paris: Seuil/Gallimard. [ [Links](#) ]

Frayze-Pereira, J. (1997). Crise e cidade. Por uma poética do acompanhamento terapêutico. In EQUIPE de Acompanhantes Terapêuticos do Hospital-Dia A Casa (org.). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo, SP: EDUC, pp.19-35. [ [Links](#) ]

Freud, S. (1976). A dinâmica da transferência. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. (J. Salomão, trad., Vol. XII, pp.129-43). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (trabalho originalmente publicado em 1912). [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (1976). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. (J. Salomão, trad., Vol. XVIII, pp.11-179). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (trabalho originalmente publicado em 1920) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (1976). Inibições, sintomas e ansiedade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. (J. Salomão, trad., Vol. XII, pp.93-201). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (trabalho originalmente publicado em 1926) [ [Links](#) ]

Gauchet, M. & Swain, G. (1980). *La pratique de l'esprit humain*. L'institution asilaire et la revolution démocratique. Paris: Gallimard. [ [Links](#) ]

Hermann, M. (2005). O significante e o real na psicose: ferramentas conceituais para o acompanhamento terapêutico (mimeo). [ [Links](#) ]

Jover, E.R. (2004). Tropeços e pegadas de uma caminhada pelo centro. In Palombini, A. L., Jover, E. R., Richter, E. P., Mesquita, J. R., Cabral, K. V., Benevides, L. G. et al.. *Acompanhamento terapêutico na rede pública*. A clínica em movimento. Porto Alegre, RS: UFRGS, pp.65-70. [ [Links](#) ]

Lacan, J. (1979). *O seminário livro 11*. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 1964. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (trabalho originalmente publicado em 1973) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (1985a). *O seminário livro 20*. Mais, ainda. 1972-1973. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (trabalho originalmente publicado em 1975) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (1985b). *O seminário livro 3*. As psicoses. 1955-1956. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (trabalho originalmente publicado em 1981) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, pp.807-42. (trabalho originalmente publicado em 1966) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. *Nomes-do-pai*. (2005). (Seminário proferido em 20 de novembro de 1963). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. [ [Links](#) ]

Lourau, R. (2004). Objeto e método da análise institucional. In R. Lourau, *Analista institucional em tempo integral*. São Paulo, SP: Hucitec, pp.66-86. [ [Links](#) ]

Maistre, X. (1998). *Viagem ao redor do meu quarto*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto. (trabalho originalmente publicado em 1794) [ [Links](#) ]

Palombini, A. L. (2002). *O acompanhamento terapêutico em cena: metapsicologia e incidências subjetivas dos espaços e tempos do cotidiano*. Projeto de Doutorado, Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (2004). *Formação profissional e construção de conhecimento em interação com a comunidade: supervisão na Universidade*. In: C.A.T. Nascimento, G.D.R. Lazzarotto, J.C. Hoenisch, M.C.C. Silva & R.L. Matos (org.). *Psicologia e políticas públicas. Experiências em saúde pública*. Porto Alegre, RS: CRP 7ª. Região, pp. 73-93. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (2005). *O rei está morto, viva o psiquiatra! Dispositivos de poder, psicanálise e loucura*. In *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. A masculinidade*. Associação Psicanalítica de Porto Alegre, n.28. Porto Alegre, RS: APPOA, 1995, pp.86-92. [ [Links](#) ]

Palombini, A. L., Jover, E. R., Richter, E. P., Mesquita, J. R., Cabral, K. V., Benevides, L. G. et al. (2004). *Acompanhamento terapêutico na rede pública. A clínica em movimento*. Porto Alegre, RS: UFRGS. [ [Links](#) ]

Pelbart, P.P. (1997). *Manicômio mental \_ a outra face da clausura*. In A. Lancetti (org.). *Saúde e loucura 2*. São Paulo, SP: Hucitec, pp.131-8. [ [Links](#) ]

Plastino, C. (2005). "Winnicott: a fidelidade da heterodoxia". (mimeo) [ [Links](#) ]

Poli, M.C. (2005). *Clínica da exclusão*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. [ [Links](#) ]

Porge, E. (1998). *Os nomes do pai em Jacques Lacan*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud. [ [Links](#) ]

Rajchman, J. (1991). *Lógica do sentido, ética do acontecimento*. In C. H. Escobar (org.) *Dossiê Deleuze*. Rio de Janeiro, RJ: Hólon Editorial. [ [Links](#) ]

Richter, E.P. (2004). *Da cama à rua, uma vida*. In Palombini, A. L., Jover, E. R., Richter, E.P., Mesquita, J. R., Cabral, K. V., Benevides, L. G. et al. *Acompanhamento terapêutico na rede pública. A clínica em movimento*. Porto Alegre, RS: UFRGS, pp.54-8. [ [Links](#) ]

Rolnik, S. (1997). *Clínica nômade*. In *Equipe de Acompanhantes Terapêuticos do Hospital-Dia A Casa* (org.). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo, SP: EDUC, pp.83-97. [ [Links](#) ]

Sant'Ana, D.B. (2001). *Corpos de Passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo, SP: Estação Liberdade. [ [Links](#) ]

Santos, T.C. (1999). *As estruturas freudianas da psicose e sua reinvenção lacaniana*. In J. Birman (org.). *Sobre a psicose*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, pp.45-73. [ [Links](#) ]

Sennett, Richard. (1997). *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, RJ: Record. [ [Links](#) ]

Sereno, D. (1996). *Acompanhamento terapêutico de pacientes psicóticos: uma clínica na cidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. [ [Links](#) ]

Simmel, G. (1987). *A metrópole e a vida mental*. In O. Velho (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987. (trabalho originalmente publicado em 1902) [ [Links](#) ]

Tibulo, A.P. (2003). *Estudo de caso. Trabalho de conclusão do estágio em acompanhamento terapêutico no curso de psicologia da UFRGS*. (mimeo). [ [Links](#) ]

Winnicott, D.W. (2000a). *Objetos transicionais e fenômenos transicionais*. In D.W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise. Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2000, pp.316-331. (trabalho originalmente publicado em 1951) [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. (2000b). *A preocupação materna primária*. In D.W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise. Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, pp.399-405. (trabalho originalmente publicado em 1956) [ [Links](#) ]

Recebido em julho/2005

Aceito em setembro/2005

## NOTAS

<sup>I</sup> Psicóloga, psicanalista, docente do Instituto de Psicologia UFRGS, doutoranda em Saúde Coletiva UERJ, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APPOA.

<sup>II</sup> Psicóloga, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, membro da Intersecção: Instituições e Clínica.

<sup>III</sup> Psicólogo e psicanalista, mestrando em Artes Visuais pela UFRGS, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APPOA.

<sup>1</sup> Ao longo do texto, utilizaremos a abreviação AT para acompanhamento terapêutico e at para acompanhante terapêutico.

<sup>2</sup> Cf. parte significativa dos artigos contidos no segundo livro organizado pela Equipe de Acompanhantes Terapêuticos de A Casa (1997). Cf. também a dissertação de mestrado de Débora Sereno (1996), na qual, porém, encontramos já a indicação da pertinência do uso das formulações mais tardias de Lacan como ferramentas conceituais com que operar a clínica do AT.

<sup>3</sup> Não se desconsidera, com isso, o risco apontado por Rolnik (1997), de que o AT venha a constituir a rua como

*um novo dentro absolutizado, por força de um encarceramento no manicômio mental de que nos fala Pelbart (1997).*

*<sup>4</sup> A aproximação do conceito de motilidade, em Winnicott, com a noção de máquina de guerra deleuzo-guattariana foi-nos primeiramente sugerida por Hélia Borges, em comunicação pessoal ocorrida em julho de 2005.*

---



**Av. Prof. Mello Moraes, 1721**  
**Cidade Universitária - São Paulo - SP - Brasil**  
**CEP 05508-030**  
**Fax: +55 11 3813-8895**



[revistaestilosdaclinica@usp.br](mailto:revistaestilosdaclinica@usp.br)